



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 01/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a modernização e assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, de elevadores dos edifícios do TRT3

IMPUGNANTE: One Elevadores MG Ltda

1. RELATÓRIO

One Elevadores MG Ltda, CNPJ 33.539.886/0001-03, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo, em síntese, a revisão das exigências de qualificação técnica constantes do subitem 6.7.3 do edital.

A Secretaria de Gestão Predial, unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestou-se sobre as alegações da impugnante.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

O §1º do art. 41 da Lei 8.666/93, regente da presente licitação, dispõe que “qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação”.

No presente caso, a abertura dos envelopes foi designada para o dia 17/08/2021, às 14h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia 03/08/2021, às 14:30hs, sendo, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

Requer a impugnante a revisão do item 6.7.3 do edital, cujo texto é o seguinte:

6.7.3. Atestado de capacidade Técnica-Profissional: *Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) em nome de profissionais de Engenharia Mecânica e de Engenharia Elétrica que tenham vínculo profissional formal com o licitante, devidamente comprovado por*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

documentação pertinente e/ou que conste na certidão de registro do CREA como responsável técnico do licitante. Tal(is) atestado(s) deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA/MG e deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução do serviço de maior relevância técnica dessa licitação: “Instalação ou modernização de elevadores elétricos tipo ‘passageiro’”.

Fundamentou seu pedido nos seguintes termos:

“Ab initio, após análise perfunctória do Edital da Tomada de Preço, fácil observar que o Edital estabelece uma condição de incorreta para os possíveis concorrentes, no momento em que estabelece, no item 6.7.3., a obrigação de apresentação de atestados de capacidade técnica devidamente registrados no CREA/MG.

Ora, a exigência da apresentação de tal registro no CREA/MG malfeire o caráter competitivo da licitação, pois as empresas que não tenham profissionais que tenham prestado serviços em Minas Gerais e registrado esses serviços no CREA/MG, estarão tolhidas de participar do certame.

Portanto, deve ser revista a exigência dos atestados em nome dos profissionais de nível superior, a serem apresentados terem obrigatoriamente registro no CREA–MG.

Os atestados de capacidade técnica que são registrados em qualquer CREA, no Brasil inteiro, servem para comprovar a capacitação técnica dos profissionais registrados no respectivo CREA da região onde o serviço foi prestado, ressaltando que não são registrados no CREA atestados de capacidade técnica e emitidas Certidões de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoas jurídicas.

[...]

Todo o registro dos atestados, quando da realização de uma obra ou serviços, é feito em nome do profissional e não da empresa, tendo em vista a legislação do CREA suso citada.

Se, e.g., a empresa prestadora de determinado serviço, na conclusão da obra, solicitar da Administração um atestado demonstrando a execução do objeto contratado, com os respectivos quantitativos, quando for levar o documento ao registro do CREA, o mesmo será emitido em nome do profissional e não da empresa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Ora, a lei só admite exigência de quantitativo em nome da empresa. Por outro lado, o CREA não registra este atestado, com os respectivos quantitativos, em nome da empresa, mas sim do profissional, por entender que o acervo técnico pertence ao último e não à primeira.

Assim, o atestado é emitido para a empresa, com o respectivo quantitativo, mas o registro deste documento dá-se em nome do profissional, já que é este quem detém o acervo técnico correlato, razão pela qual merece revisão tal item.

Outro ponto a ser considerado é que não apenas o CREA-MG tem poder de registrar acervos técnicos de profissionais de nível superior. Qualquer outro CREA no Brasil tem também esse poder. Portanto a exigência deve ser que a Certidão de Acervo Técnico (CAT) a ser apresentada pelas licitantes deva ser registrado no CREA da respectiva região onde o serviço foi prestado, sob pena de restringir participação apenas a profissionais que prestam serviços em Minas Gerais”.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Gestão Predial unidade técnica/demandante, explicitou o seguinte:

“De fato, não são apenas os profissionais registrados no CREA/MG que têm competência para a execução dos serviços ora licitados. Quanto à exigência de Certidão de Acervo Técnico e a exigência de registro do atestado no CREA, realizaremos as adequações necessárias para que não seja exigido o registro do atestado junto ao CREA e exigida a certidão de acervo técnico apenas do profissional.

*Diante do exposto, **deferimos** o pedido de impugnação”.*

Como se vê, a área técnica, diante da presente impugnação, verificou a necessidade de fazer alterações no instrumento convocatório, propondo o deferimento do pedido.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Presidente da Comissão de Licitação receber e conhecer da impugnação oferecida por *One Elevadores MG Ltda*, por tempestiva, e, no mérito, provê-la, nos termos da fundamentação supra, sobretudo do parecer técnico emitido pela unidade demandante, o qual adota em seu inteiro teor e faz parte deste *decisum*.

A abertura do certame será adiada *sine die* para que se proceda aos ajustes no edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Presidente da Comissão de Licitação